



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

SENTENÇA

Processo nº: **1104501-28.2013.8.26.0100**

Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Tom Alexandre Brandão**

Vistos.

Trata-se de ação judicial promovida por **JOSÉ ALFREDO FÁVARO** em face de **PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRÁS** ("Petrobrás") e **FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL – PETROS** ("Petros").

O autor, em 14 de dezembro de 1970, foi admitido como funcionário da ré Petrobrás. Aposentou-se em 31 de janeiro de 1999.

Desde então, recebe da ré Petros a complementação de seus proventos de aposentadoria. Alega que os valores foram calculados de forma incorreta, seja no que diz respeito à aferição do seu benefício inicial, seja no que nota aos reajustes adicionais ou extraordinários.

Em relação à base de cálculo do seu benefício inicial, explica o autor que deveria corresponder à diferença entre a média dos seus 12 últimos salários e o valor pago pela previdência oficial.

Contudo, houve posterior modificação na sistemática de cálculo, mediante a qual foram alteradas a definição das parcelas que compõem a média dos salários, bem assim introduzido um fator de redução do benefício e um teto remuneratório.

Argumenta que essas modificações prejudicaram o valor a receber, atingindo o seu direito adquirido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Sustenta, ainda, que a parcela PLDL – 1971, paga a todos os funcionários, ostenta natureza salarial e, como tal, deveria integrar o cálculo dos seus proventos de aposentadoria.

Também argumenta que não tem recebido os reajustes adicionais ou extraordinários, os quais deveriam ser pagos na hipótese de superavit superior a 20% das reservas matemáticas.

Pretende, ao final, a condenação solidária das ré ao pagamento das diferenças de aposentadoria.

A petição inicial foi instruída com documentos.

Citadas, as rés apresentaram contestação.

A ré Petrobrás, em preliminar, assevera ilegitimidade passiva, sob o argumento de que não o patrocinador não deve participar de litígios envolvendo participante e entidade de previdência privada.

Defende a prescrição do direito do autor, o reconhecimento da *supressio* e, ainda, a regularidade do benefício pago.

A corré Petros, por sua vez, também argui prescrição. Afirma a regularidade dos reajustes realizados.

O autor manifestou-se em réplica.

É o relatório. **Decido.**

Forçoso acolher a preliminar de ilegitimidade passiva da corré Petrobrás. Ainda que a antiga empregadora tenha, de alguma forma, patrocinado o sistema, apenas a entidade de previdência complementar responde nas ações em que se pretende a majoração do benefício.

É a posição da melhor jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

“A jurisprudência deste Tribunal é firme em afastar a legitimidade do(a) patrocinador(a) para figurar no polo passivo de litígios envolvendo participante e entidade de previdência privada, em que se discute matéria referente a plano de benefícios (complementação de aposentadoria, aplicação de índices de correção monetária, resgate de valores vertidos ao fundo, dentre outros temas).”

(AgRg no AREsp 295.151-MG, Relator Ministro Luis Felipe Salomão, julgamento em 19 de setembro de 2013)

Nessa mesma linha:

"CONDIÇÕES DA AÇÃO. ilegitimidade 'ad causam' passiva. Ocorrência. Pretensão revisional de benefício de previdência privada. Inclusão da ex-empregadora e patrocinadora no polo passivo da ação. Inadmissibilidade. Pedido que se refere apenas à relação previdência entre os requerentes e a entidade de previdência privada, sem afetação mesmo potencial de qualquer interesse de Petrobrás Petróleo Brasileiro S/A. Extinção do feito reconhecida. Recurso de apelação da segunda corrê provido."

(Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apelação nº 0042182-65.2013.8.26.0577, Relator Vito Guglielmi, julgamento em 17 de julho de 2014)

O prazo prescricional quinquenal previsto no artigo 75 da Lei Complementar nº 109/01 diz respeito apenas ao direito ao recebimento dos valores que deixaram de ser pagos e não, evidentemente, ao cálculo do benefício, considerando que é uma relação de natureza continuativa. É a súmula 291 do Superior Tribunal de Justiça: *"a ação de cobrança de parcelas de complementação de aposentadoria pela previdência privada prescreve em cinco anos"*.

No mérito, assiste razão ao autor. As alterações ocorridas na vigência do contrato de previdência complementar não poderiam atingir os beneficiários que já haviam aderido ao plano.

Observo que o Superior Tribunal de Justiça, em situação semelhante, já reconheceu o caráter contratual dos planos de previdência complementar, de modo que eventuais alterações nas regras não podem atingir os que já eram beneficiários.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Confira-se REsp 1.135.796/RS.

Nessa quadra, o autor deve sujeitar-se à regra do regulamento da Petros com a redação de 1969, sendo inaplicáveis as alterações efetivadas no regulamento de 1984. É a posição reiterada da jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

"Previdência privada. Fundação Petros. Pretensão a recálculo de suplementação de pensão. Sentença de improcedência da ação. Recurso da autora buscando a inversão do julgado. Admissibilidade. Base de cálculo da suplementação que consiste no valor da suplementação de aposentadoria (efetiva ou hipotética), sendo o cálculo desta última apoiado no salário-real-de benefício. Recurso provido.

(...) Os dispositivos regulamentares acima reproduzidos mostram-se de exegese linear e unívoca. A requerida resiste à pretensão ao argumento basilar (a final acolhido pela r. sentença) de que o cálculo da suplementação deve atender ao que prevêm os artigos 41 e 42 do Regulamento do Plano de Benefícios.

(...)

Ora, sem procedência, "data venia", o procedimento adotado pela Fundação. Os mencionados artigos 41 e 42 do Regulamento dizem respeito, apenas e tão somente, a critérios de reajustamento dos benefícios de suplementação de aposentadoria. O de que ora se trata é o correto cálculo do valor inicial do mesmo benefício. Isto é: para que tenham incidência as regras acerca de reajuste contempladas nos artigos 41 e 42 é curialmente necessário que se apure previamente o valor da suplementação de pensão, porque é precisamente sobre este último valor que incidirão aquelas regras de reajustamento. O cálculo da suplementação de pensão, a teor da regulamentação aplicável, deve ser feito, como quer a autora (fls. 19), a partir do valor da suplementação de aposentadoria, real ou virtual, no caso da autora a partir do valor da suplementação de aposentadoria que era recebida por seu marido."

(Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, apelação nº 729.127-5/3-00, Relator Desembargador Aroldo Viotti, julgamento em 28 de julho de 2008)

Nesse mesmo sentido, apelação nº 0002440-38.2006.8.26.0590.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
2ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900

Anoto que a contestação não impugnou o recebimento da alegada parcela PLDL – 1971 que, portanto, deve ser considerada no seu benefício.

Por fim, não houve demonstração do autor de que tenha havido resultado superavitário a ensejar majoração do benefício.

Ante o exposto, julgo procedente a ação para:

(i) condenar a ré a recalcular a suplementação da aposentadoria do autor, nos termos do Regulamento Petros de 1969, conforme pedido inicial, considerando a integralidade da média dos salários (inclusive PL-DL 1971), sem aplicação de coeficiente redutor ou fator de redução;

ii) ao pagamento das diferenças decorrentes da implementação desse critério, com atualização monetária a contar do vencimento de cada parcela e com acréscimo de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação, observado o prazo prescricional de 5 anos contados do ajuizamento.

Custas e despesas pela ré. Honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação.

P.R.I.

São Paulo, 17 de novembro de 2014.

